

Crise do capital: notas sobre os impactos na educação superior brasileira

Lesliane Caputi*

Resumo:

Trazemos à baila reflexões acerca da realidade da educação superior no Brasil, nos tempos coevos marcados pela crise do capital e pela adesão política do país à ofensiva neoliberal. O artigo resulta das experiências e reflexões da autora na sua vinculação orgânica com a temática. No cenário de degradação da universidade, precisamos estar atentos e mais do que nunca, combativos aos largos passos do desmonte da educação em favor dos interesses dos organismos internacionais

Palavras-Chave: educação superior; crise do capital; precarização.

Capital crisis: impacts on Brazilian higher education

Abstract:

We reflect on the reality of higher education in Brazil, in times characterized by the crisis of capital and the political adherence of the country to the neoliberal offensive. The article results from the author's experiences and reflections in her organic relationship with the theme. In the scenario of university degradation, we need to be attentive and more than ever, combative to the broad steps of dismantling education in favor of the interests of international organizations.

Keywords: higher education; crisis in the capital; precariousness.

Recebido em: 25/03/2017

Aprovado em: 10/10/2017

* Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM; lesliane.caputi@uftm.edu.br

Introdução

Vivenciamos nos dias atuais no Brasil um anacronismo, na medida em que estamos conclamados a travar uma luta defensiva, em tempos que poderíamos estar disputando elementos mais elevados no campo dos direitos sociais, e não para assegurar a democracia nesse caricato Estado de Direito. Nossa histórica posição de vigília às bandeiras de lutas por outros tempos da vida humana se faz mais acirrada, sobretudo, a partir de 2016, marcado por impetuosos retrocessos e ataque a Carta Magna de 1998, sobremaneira a partir do golpe político no governo federal.

É no movimento de lutas e resistências, que de forma ética, política e coletivamente organizados, seguimos em defesa da educação laica, pública e de qualidade! Afinal, a universidade deve ser pintada de povo e a cada dia mais se expressar na contra a reforma universitária determinada pelos organismos internacionais, se posicionando na contracorrente, contra a retirada de direitos, violências e criminalizações dos movimentos sociais da classe trabalhadora!

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção[...]
(**que nos direciona às lutas!**¹). (Geraldo Vandré).

Luta para qual educação? Qual educação temos? Eis algumas reflexões que nos propomos nos limites deste artigo, para pensar os impactos perversos da crise na educação superior tal como a complexa ofensiva neoliberal.

I. De qual Crise e Educação se Homília?

Referimo-nos a crise estrutural do capital, que aciona os limites civilizatórios do sistema sócio-metabólico do capital, avigorando, seu caráter regressivo-destrutivo.

Sob a ótica do capital a “crise” significa risco e oportunidade histórica de reestruturação e expansão sistêmica do capitalismo que se expande e se renova [...] através de suas crises. “Cada crise financeira (por exemplo) que se manifesta na temporalidade histórica do capitalismo global [...] expõe com intensidade candente a nova dinâmica instável e incerta do capitalismo histórico.” (ALVES, 2011, p. 8).

A crise, conforme coloca Alves e Puziol (2010), [...] impulsiona uma série de reestruturações capitalistas nas várias instâncias da vida social [...]. Temos alterações cruciais na dinâmica da produção e reprodução social, emergindo o que denominamos de sócio-metabolismo da barbárie.

Os desdobramentos da crise se consolidam na expropriação incessante dos recursos naturais, na retirada de direitos sociais e na flexibilização dos direitos trabalhistas como possibilidade de recompor as taxas de lucro do capital. (ANTUNES, 2009).

O Banco Mundial/BM tem protagonismo na administração das determinações que potencializam os lucros do capital e o que orienta a política econômica-social dos países dependentes, bem como aponta a ofensiva neoliberal como estratégia política para enfrentamento da crise, que se iniciou na década de 1970 - tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos, com a crise estrutural do capital, apoiaram-se nas estratégias da ordem burguesa, (re)orientando o modo de produção e a proteção social, instituindo a reestruturação produtiva, a difusão do projeto neoliberal e a reforma do Estado, ampliando e abrindo os intercâmbios do sistema financeiro mundial.

O marco regulatório da implantação das políticas neoliberais para os países da América Latina se dá com o Consenso de Washington², em 1989, organizado pelo Fundo Monetário Internacional/FMI, Banco Mundial/BM e Banco Internacional de Desenvolvimento/BID.

É importante elucidar que: o BM tem uma estrutura, cujas decisões se concentram em 50% com EUA, Japão, Alemanha, França e Inglaterra; logo, as condicionalidades que o BM impõe aos países capitalistas periféricos são comandadas pela lógica destas nações detentoras de poder. (PAULA, 2015 *in* ANDES-SN-ago, 2015, p.69).

A reestruturação produtiva, sob a égide do capital financeiro, transformou o cenário mundial por meio de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais do mais amplo espectro sócio-histórico: com o Estado Mínimo.

Com isto, uma das repercussões é o crescente processo de mercantilização dos direitos sociais, agora transfigurados em “serviços”, como temos visto acontecer na política de saúde, previdência e educação, por exemplo.

No transcurso da década de 1980, “[...] com a queda do Muro de Berlim (1989) – tivemos o fortalecimento, da investida do ordenamento do capital, em todas as dimensões da vida humana, social e política.” essa investida favoreceu os detentores do meio de produção, haja vista que a reestruturação produtiva ocasionou “[...] altas taxas de (des)sindicalização, precarização das condições de trabalho, desemprego estrutural e, portanto, fragilização dos

tradicionalis processos organizativos daqueles que vivem do seu trabalho.” (ANTUNES *apud* PEREIRA, 2007, p. 3)

Nos anos de 1990, os organismos internacionais propagavam a redução dos gastos públicos, desestatização e privatização, liberalização financeira e comercial e desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, com investidas em ações imediatistas, focalizadas e assistencialistas próprias do Estado Mínimo.

Em 1995, pelo BM, o documento: “*O ensino superior: as lições derivadas da experiência*” apresentou o que chamaram de “estratégias para a reformulação da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe”, e assim de modo avassalador, trouxe:

- a) A diversificação institucional, em que as Unidades de Formação Acadêmicas/UFAs vão se caracterizando como “entidades comerciais”. E com isso, permite a venda e a fusão de UFAs, abertura de capital educacional na bolsa de valores. Hoje, temos diversas organizações educacionais com bolsas de valores e/ou parcerias com o capital internacional, por exemplo: Kroton Educacional S.A; Anhanguera Educacional Participações S.A; Estácio Participações S.A. e Sistema Educacional Brasileiro S.A. (OLIVEIRA, 2015 *apud* SAMPAIO, 2011). Como também temos as universidades corporativas criadas pelas próprias empresas para apropriação direta do conhecimento socialmente produzido pelos funcionários, exemplo: Ford; Mc Donald’s, Fiat, etc.
- b) O incentivo às formas alternativas de financiamento, como as parcerias publico-privado;
- c) A redefinição do papel do governo na condução da política e financiamento; (O FIES tem se configurado como maior nicho de lucratividade para as corporações de educação);
- d) A ênfase no controle de objetivos da qualidade e da equidade, exemplificamos aqui com as provas ENEM e ENADE;
- e) Educação Superior perfilada pelo aligeiramento, flexibilização, tecnologização, lógica mercadológica, ensino massificado concebido como transmissão de informações, treinamento de pessoal, enfim, de acordo com Kátia Lima (2012), desarticulando a educação da pesquisa e produção de conhecimento crítico e referenciado nas lutas históricas da classe trabalhadora.

Cada apontamento aqui elencados, estão alinhadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, e nos apresenta a contrarreforma universitária conectada à

política educacional no Brasil, legitimada no Consenso³ de Washington (1989), e assim, agrega, uma grande investida do gigante capital como resposta à sua própria crise.

No documento, “Brasil: justo, competitivo, sustentável” (2002), o BM apresenta a agenda de reformas a serem implementadas no Brasil, destacando, o investimento maciço na expansão do mercado, e explicita que a educação, tendo seu vínculo com o capital social, deve ser para todos (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 97). Tais medidas foram adotadas pelo Estado e compõe então, o marco das políticas de ajustes “recomendadas” pelos organismos internacionais.

Aos países dependentes, há a necessidade de investimentos públicos, com mais afinco, em instituições de ensino superior privadas, com o desígnio de ampliar a formação de “mão de obra” a serviço do mercado, em detrimento da produção científica voltada ao desenvolvimento social, cultural e, por conseguinte, econômico da nação, por meio da razão crítica.

A universidade vem sendo conduzida pelos governos a tornar-se um grande centro de qualificação de quadro técnico-profissionais, capaz de responder ao novo panorama ocupacional. Tende a transformar-se em um espaço de formação de mão de obra para as necessidades imediatas do mercado, respondendo, conforme coloca Iamamoto (2008, p. 451) “[...] com reformulações do ensino técnico de nível médio, cursos superiores de curta duração, cursos de formação tecnológica integral nos institutos politécnicos, [...] assim, como os mestrados profissionalizantes e os cursos sequenciais”.

O Programa Nacional da Educação (PNE) aprovado no governo FHC e o Plano de Desenvolvimento da Educação, no governo Lula, desencadearam no Programa de Aceleração do Crescimento/PAC Educação. Em 2012, no governo Dilma, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, que dá continuidade ao ajuste fiscal e à parceria público-privado, legitimando o “Pacote da Educação” que segue “fatiando” a educação ao mercado.

A atenção aos organismos internacionais⁴ visa de acordo com Iamamoto (2008), alcançar a meta, recomendada pelo BM, de que as instituições públicas possam gerar rendimentos que financiem até 30% de suas necessidades totais de recursos para gastos ordinários (para o PNE 2014-2024).

O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI, 2004), trazem um “caráter” ou discurso de democratização da educação superior - para que o Brasil alcance, até 2021, 30% dos jovens com curso superior. Essa é a meta do PAC da Educação, considerando

o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2012). E que, parece estar caminhando para seu alcance, se considerarmos os dados de governo ilustrados com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de que em 2009, esse alcance foi de 19% na faixa etária de 18 a 24 anos. Restam menos de 10 anos, para o alcance de mais 11% de jovens na educação superior. Com a modalidade de Ensino a Distância, certamente tal meta será superada.

As modalidades de educação, oriundas das determinações neoliberais, vêm se legitimando para fortalecer a hegemonia da classe dominante e os “super lucros”, formando profissionais em massa apenas para o mercado de trabalho, descaracterizando o papel de politização e intelectualização que a educação deve exercer.

Esse projeto vem arquitetando a educação sob a égide das leis de mercado, que estimula o processo de expansão, privatização e mercantilização da política nacional de educação, deixando-a como objeto de direito privado, haja vista o FIES (2001) e o PROUNI (2004), que subsidiam o financiamento aos estudantes de instituições privadas, ou seja, aplicam investimentos públicos na iniciativa privada, em consonância com o sistema chamado parceria público-privado.

De 2005 a 2014, os investimentos tiveram saltos alarmantes, como podemos observar, a partir de dados do MEC/INEP (2014 *apud* PAULA, 2015, p.66):

2005 – PROUNI = 95.612 bolsas	2005 - FIES = 77.212
2014 – PROUNI = 144.378 bolsas	2014 - FIES = 374.859

A Política Nacional de Educação tem abdicado o papel ontológico da educação de construir com estudantes, os conhecimentos históricos e culturalmente acumulados pela humanidade. Apregoa uma educação dotada de um esvaziamento do conteúdo, em nome de um conjunto de habilidades, aptidões e valores apegados ao plano da imediatividade e do utilitarismo, temperados com abstrações mistificadoras, deslocadas de suas determinações ontológicas. Adotam concepções educacionais instrumentais e pragmáticas, que oferecem aos estudantes uma aprendizagem em “doses homeopáticas” e negam os conhecimentos universais.

Com a mercantilização, tem-se a despolitização do conhecimento, a formação reduzida ao ensino, à graduação, a educação perde aos poucos sua dimensão de formação integral e, sem uma dimensão filosófica, sociológica, produtora de massa crítica, reduz-se à

instrumentalização. O ensino instrumental reduz-se ao mercado, ao ponto de se estilizar a educação como “*fast food*”.

A dimensão ensino-pesquisa-extensão e sua perspectiva de indissociabilidade está em risco, na medida em que se busca fortalecer o tripé de aligeiramento - intensificação do trabalho docente – transformação das universidades em instituições de ensino terciário. (OLIVEIRA, 2015, p. 79).

Os pensadores neoliberais defendem o mercado como espaço central de autonomia e, desse modo, as funções do Estado tendem a diminuir cada vez mais, sustentadas pela ideia de que as crises na sociedade capitalista advêm dos gastos que o Estado promove, especialmente com políticas sociais públicas. Descaracterizam a lógica estrutural da sociedade capitalista, que tem a crise imbricada na sua estratégia de fortalecimento e permanência.

O que assistimos é o “desmonte” dos direitos sociais consolidados na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Em 2015, de acordo com InformANDES (2015, n.48), tivemos, “o corte orçamentário de R\$69,9bilhões”, imbricado diretamente nos serviços públicos de saúde, educação, transporte. Em tempos, que no ano de 2014, ainda com base em InformANDES (2015, n.48), 45% do orçamento federal (cerca de 978 bilhões de reais) foram destinados aos detentores de títulos da dívida pública (banqueiros e financistas nacionais e estrangeiros).

A dívida tem consumido cerca de R\$2,63bilhões ao dia com juros e amortizações, segundo dados apontados pela auditoria cidadão (2016).

A subordinação da política educacional aos aportes da acumulação capitalista tem provocado um redesenho na qualidade da educação superior, desvalorizando, quer em pública e/ou privada, a docência universitária, a pesquisa, a extensão, as diretrizes curriculares condizentes com as funções precípuas da universidade.

Ainda que se assista, poucos concursos públicos para docentes, sobremaneira via REUNI, se identifica acirradamente, a desestruturação da carreira docente, o aumento do trabalho com condições precarizadas, e, sobretudo, impõe uma brutal intensificação da carga de trabalho, o que, no todo do cenário, tem levado ao adoecimento docente. Um dos impactos perversos na precarização da educação é que os docentes estão consumindo mais tonificantes e drogas lícitas e estão propensos à depressão e ao suicídio, como também a Síndrome de Burnout, em que a pessoa se consome pelo trabalho, concorde estudo de Janete Luzia Leite (2011).

As mudanças na educação superior pautadas na “ideia de flexibilização” dispõem de atividades e diversidades no oferecimento de cursos, de modo, inclusive, que até 20% da carga horária dos cursos de graduação sejam oferecidos em modalidades *on line* ou semipresencial ou ainda 100% à distância, dando concretude à lógica da “Universidade Aberta do Brasil/UAB(2006)” e legitima a chamada “Educação à Distância”, dentre os quais, tem-se o nicho de valorização do mercado e o fetiche da tecnologia operando como argumento de avanços tecnológicos com EADs.

As implicações da reestruturação produtiva da contrarreforma universitária rebatem diretamente na formação profissional, no exercício das profissões, na prestação dos serviços de qualidade, na formação da consciência de classe, nas condições e nas relações de trabalho e na vida do/a trabalhador/a que, no atual contexto, vive a descoletivização e a esmagadora desumanização. Frente a isso, somos desafiados a lutar, resistir e construir alternativas de uma educação significativamente diferente.

Os dilemas na educação, dialogando aqui com Florestan Fernandes e também Kátia Lima, estão associados ao padrão de dependência econômica dos países periféricos, como é o caso do Brasil, cuja educação é caracterizada por intermédio de um transplante de saberes. (PAULA, 2015, p.61).

O atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) traz com o REUNI - o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes; o aumento da taxa de conclusão de cursos para 90%; o aumento gradativo da relação aluno/professor (RAP 18/1); estratégias de aproveitamento de créditos, o aumento de vagas para cursos de graduação, com ampliação para cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas de combate à evasão, entre outras estratégias de aligeiramento de formação profissional para atender mercado.

Vale dizer que até 2015 tivemos 63 incorporações de REUNI, segundo MEC (2015). Aparentemente um salto de qualidade para a sociedade brasileira, mas a desejar no âmbito do investimento de infraestrutura em todas suas derivas. O que temos é um cenário de precarização! Que caminha para o modelo de graduação em tempos mais curtos para que as universidades federais possam expandir a oferta de vagas discentes sem novos investimentos, temos aqui o projeto “Universidade Nova” se estruturando! (PAULA, 2015, p. 67).

Vivemos os estertores de uma grave crise econômica e política no país, que se arrasta em derivas do plano internacional, cujo ônus tem sido transferido para dos/as trabalhadores/as.

Um recente ataque é o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16, que tramita em regime de urgência constitucional, e que tem nos tensionado nos últimos dias à diferentes posições de resistências, cujo teor do projeto permanece em movimento de destituição dos direitos histórica e socialmente constituídos. O projeto estabelece bases para suspensão de concursos públicos, não pagamento de progressões, promoções, além de propor um programa de demissão voluntária de servidores públicos em todas as escalas: federal, estadual e municipal. Segundo ANDES (2016), “o projeto [...] desfecha ataque desestruturador de todo o serviço público brasileiro”.

A precarização, como desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria, é abalizada por diferentes modalidades de contratação salarial, pela desregulamentação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível, fortalecimento do trabalho voluntariado, achatamento salarial e aprofundamento da alienação do/a homem/mulher.

O cotidiano tem sido predominantemente voltado ao trabalho assalariado, reduzindo a vida pessoal do/a trabalhador/a e as possibilidades da construção de novos saberes, da educação para além dos moldes do mercado. E destarte, não raras vezes o/a trabalhador/a confunde os interesses e objetivos do/a empregador/a com o seu, permitindo – sem perceber – maior exploração da sua força de trabalho.

Com isso, tem-se o aumento significativo de problemas de saúde do/a trabalhador/a, doenças psicossociais e tantas consideradas como doenças contemporâneas, que nas sublinhas são doenças e até mortes próprias da crise do capital.

Considerações Finais

Cabe apontar a força popular, a importância de se trazer a tona a Educação Popular como seiva de ataque à estrutura de sociabilidade que temos, à Política Nacional de Educação, em busca da efetivação do direito social que nos foi e continua fortemente sendo deturpado. Neste cenário de degradação da universidade, precisamos estar atentos e mais que nunca, combatíveis aos largos passos para o desmonte da educação superior brasileira na atenção suprema aos ditames dos organismos internacionais para os países denominados de capitalismo tardio.

O capital nos deve direitos! A crise é do metabolismo do capital! E a educação que almejamos é para além do capital!

Não podemos duvidar jamais que é no coletivo de sujeitos conscientes e engajados que temos as possibilidades de mudanças deste perverso mundo. É assim que construímos as lutas e as conquistas históricas.

Não podemos aceitar a educação de terceira via ou minimalista ou o projeto em percurso chamado “Universidade Nova” embasada no modelo bancomundialista.

Sabemos que atrelada a precarização da educação, temos o conservadorismo, como alimento imprescindível do capitalismo para a reprodução e fortalecimento do capital. E que tem seguido a ofensiva neoliberal propagada pela extrema direita, e nos dias coevos, com fortes expressões de inclemência à democracia, à participação popular, à diversidade. Assistimos a produção e reprodução do (neo)facismo, do preconceito, da xenofobia, da defesa do autoritarismo, numa perspectiva intransigente de defesa da tradição coronelista e de militarização da vida social e política. Neste mundo insano, temos respostas e impactos da crise econômica e política, por parte de setores do bloco do poder, colocadas nos ombros da classe trabalhadora. Implementações de medidas que ampliam espaços para a reprodução do capital com base na mercantilização e na financeirização das políticas sociais.

Na contracorrente desta lógica, via organização política (nacional e internacional), a classe trabalhadora tem arduamente lutado e resistido historicamente às ofensivas da burguesia, e construído caminhos de mobilizações unificadas de enfrentamento ao desmonte dos direitos sociais, nos quais, inclui-se nos planos de luta, a educação superior. É no rumo da luta por outra sociabilidade que mantemos nossas lutas, assim sempre atentos devemos

Organizar a esperança,
Conduzir a tempestades,
Romper o rumo das noites,
Construir, sem pedir licença, um mundo de liberdade!
(Pedro Tierra)

Referências bibliográficas

ALVES, G. Crise de valorização e desmedida do capital: breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital. In: CAMARGO, J. M.; CORSI, F. L.; VIEIRA, R. L. (Org.). **Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011, p. 7-30. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/crisedocapitalismo.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2013.

ALVES, G.; PUZIOL, J. K. P. As metamorfoses do mundo social do trabalho e a educação profissional: elementos para uma crítica da ideologia da educação profissional disseminada pela UNESCO no Brasil. **Revista da RET: Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, ano 3, n. 6, p. 1-13, 2010.

ANDES-SN. **Universidade e Sociedade**. Contrarreforma: retirada de direitos, violências e criminalização. Ano XXIV. N.56, ago 2015.

ANTUNES, R. **Sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BANCO MUNDIAL. Por um Brasil justo, sustentável, e competitivo. nov. 2002. Disponível em: <www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2011.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, K. A Educação Superior na Política Nacional de Educação 2011-2010. In: **Perspectiva (UFSC)**, v.30, pp.625-656, 2012.

LEITE, J.L. **Trabalho docente e produção do conhecimento**. Palestra proferida em 2011. Disponível em <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1518670106.pdf>.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

OLIVEIRA, I.S. A educação vai ao mercado: considerações sobre mercantilização do ensino superior. In: ANDES-SN. **Universidade e Sociedade**. Contrarreforma: retirada de direitos, violências e criminalização. Ano XXIV. N.56, ago, 2015.

PAULA, A.S.N.de. A degradação da universidade: a educação superior a serviço do capital. In: ANDES-SN. **Universidade e Sociedade**. Contrarreforma: retirada de direitos, violências e criminalização. Ano XXIV. N.56, ago, 2015 (p.58-71).

PEREIRA, L.D. Mercantilização do ensino superior e a formação profissional em Serviço Social: em direção a um intelectual colaboracionista? **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 1-26, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 3 jun. 2011.

Projeto de Lei Complementar 257 de 2016. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080237>

Declaração de Bolonha, 1999. Disponível em: http://www.ehea.info/Uploads/Documents/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf

INEP. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-indicadores-financ-internacionais-ocde>

<http://www.auditoriacidada.org.br/>

VANDRÉ, G. **Pra Não Dizer Que Não Falei de Flores.** [Canção](#) do álbum Geraldo Vandré no Chile, 1968.

NOTAS

¹ Acréscimos e grifos nossos!

² As dez regras básicas do Consenso: 1. Disciplina fiscal; 2. Redução dos [gastos públicos](#); 3. [Reforma tributária](#); 4. [Juros](#) de mercado; 5. [Câmbio](#) de mercado; 6. Abertura comercial; 7. Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; 8. [Privatização](#) das estatais; 9. Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); 10. Direito à [propriedade intelectual](#).

³ A ofensiva neoliberal foi aprimorada pelo Dissenso de Washington, em 2000.

⁴ Assiste-se a diferentes formas de expansão e reestruturação das universidades, sejam públicas ou privadas, legitimada, além do Consenso e Dissenso de Washington, também pela Declaração de Bolonha (UNIÃO EUROPÉIA, 1999, *online*).